

Aposentados do Itaú cobram condições dignas no plano de saúde



A Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Itaú e a Comissão de Aposentados se reuniram com representantes do banco nesta segunda-feira (13) para discutir alternativas sustentáveis e humanas para os aposentados no plano de saúde.

Após o término do período de manutenção da contribuição do banco, garantido pela Convenção Coletiva de Trabalho, os aposentados passaram a enfrentar dificuldades financeiras devido à migração obrigatória do plano familiar para um individual, sem subsídio do Itaú.

O valor do plano individual chega a R\$ 1.929 por pessoa, o que pode resultar em uma despesa de quase R\$ 4 mil por casal, impondo um fardo insustentável para muitos.

Outro ponto debatido na reunião foi a falta de transparência nos valores cobrados. Conforme a lei nº 9.656/98, trabalhadores podem manter o plano de saúde empresarial após 10 anos de contribuição, desde que arquem com a mensalidade. Contudo, o Itaú não fornece informações claras sobre o valor de sua contribuição no período em que os bancários estavam na ativa, aplicando valores de mercado sem justificativa.

Antes do encontro com o banco, mais de 100 aposentados se reuniram na sede do Itaú, em São Paulo, para debater estratégias e alinhar demandas. Neste momento, Jair Alves, diretor da Contraf-CUT, enalteceu a importância do diálogo para solucionar o impasse. “É essencial que se mantenha a negociação aberta antes de judicializar a questão. Estamos trabalhando para construir uma solução que respeite os direitos dos aposentados e garanta condições dignas de assistência à saúde.”

A mobilização dos aposentados ganhou força nas redes sociais, figurando entre os dez assuntos mais comentados no X (antigo Twitter), com o uso da hashtag #AposentadosMerecemSaúde. “A construção de uma proposta de plano de saúde justo é essencial para aqueles que dedicaram anos à empresa e agora enfrentam dificuldades para pagar valores exorbitantes pelo plano,” destacou a coordenadora da COE, Maria Izabel Menezes.

O banco se mostrou aberto às negociações, com a próxima rodada agendada para a primeira semana de fevereiro. No âmbito do Ministério Público, o prazo estabelecido pelo procurador para resolver a questão é 9 de março.